

A Pedagogia e a formação docente

■ Entrevista concedida a SAMIRA ZAIDAN, com perguntas também formuladas por MARLUCY ALVES PARAÍSO, MARIA DE FÁTIMA CARDOSO GOMES E ROSANGELA GUERRA.



Foto: Samira Zaidan

“Os próprios professores já deveriam ter feito uma proposta de qualidade para o curso de Pedagogia através de associações e fóruns de diretores. Fico admirada de que, não tendo nada proposto, os educadores se sintam lesados e indignados quando as propostas vêm de cima para baixo.”

É assim que Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos, professora da Faculdade de Educação da UFMG, inicia suas considerações sobre o projeto de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Detentora de uma vasta experiência educa-

cional, nesta entrevista ela faz um apanhado sobre a construção da identidade do curso de Pedagogia, as mudanças no currículo, na formação docente e na atuação do pedagogo.

Formada em Jornalismo e em Pedagogia, a entrevistada também reflete sobre o curso Normal Superior, a dimensão política da educação no Brasil e comenta as características de uma “Escola Plural” que conheceu na Inglaterra nos anos 80, quando de seu Doutorado, e a que viu hoje, ao voltar para o Pós-Doutoramento.



entrevista

Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos

PP: Quais os principais momentos de sua trajetória profissional nos campos da formação docente e do currículo?

Lucíola: Fiz o Curso Normal no Instituto de Educação, em Belo Horizonte, e a seguir o curso de Jornalismo na UFMG, terminando-o em 1969. Depois de ter feito o Normal, trabalhei como professora das séries iniciais e, no final da década de 60, fiz também o curso de Pedagogia, no Instituto de Educação. Trabalhei então como Supervisora Escolar e fui convocada para prestar serviços na Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Durante o curso de Jornalismo, fiz estágio na TV Itacolomi, que pertencia aos Diários Associados. Após terminar o curso, trabalhei por alguns anos na produção de um programa educativo denominado “Universidade Popular da Manhã”.

Em 1976, ingressei no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Meu Mestrado foi feito na Universidade Federal de São Carlos, e o Doutorado na Universidade de Londres. Em 1993, depois de me aposentar na UFMG, ingressei na Faculdade de Educação da UFMG.

PP: Que relação essa trajetória mantém com a formação docente e com a área de currículo, nas quais você trabalha e pesquisa hoje?

Lucíola: A minha própria formação como professora das séries iniciais foi privilegiada, porque cursei uma escola pública de alto nível, que realmente preparava os professores para a realidade educacional daquele período. Sabíamos como introduzir e estimular o estudo de um tema, sabíamos como desenvolvê-lo, seguir seqüências, incentivar, atender os alunos que tivessem dificuldade, fazer avaliação no processo e, depois, avaliação diagnóstica e somativa. Eu me sentia muito segura como professora, não tinha dificuldade para enfrentar as turmas que eram de uma escola do Estado, em local que hoje não é considerado periferia, mas naquela época era.

A disciplina “Currículo” era trabalhada de forma prescritiva, com utilização dos famosos manuais de Ralph Tyler e Hilda Taba. Fui fazer o Doutorado no Depto. de Sociologia de Educação do Instituto de Educação da Universidade de Londres, berço da Nova Sociologia da Educação. Foi lá que tomei contato com as novas teorias de currículo, convivendo com professores de expressão internacional como Michael Young e Basil Bernstein. Voltando comecei a desenvolver pesquisas do campo do currículo, dentro dessas abordagens e das tendências que as sucederam.

PP: Fale um pouco de sua experiência como professora do Curso de Pedagogia.

Lucíola: No curso de Pedagogia, em Viçosa, eu trabalhava na formação do Administrador e Supervisor Escolar, não deixando de ter experiências com a formação docen-

Nós professores sabíamos como introduzir e estimular o estudo de um tema, como desenvolvê-lo, incentivar os alunos com dificuldade, fazer avaliação no processo e, depois, avaliação diagnóstica e somativa.

te, sobretudo porque quase a totalidade dos alunos era de professores atuantes nas redes de ensino. O curso era noturno, e recebíamos pessoas das cidades vizinhas.

Quando dava aulas em Viçosa, percebia que as alunas do Curso de Pedagogia precisavam ter uma cultura geral mais ampla para se tornarem especialistas em educação. Costumava brincar dizendo que, durante dois

anos do Curso de Pedagogia, deveríamos colocar os alunos em contato com a boa literatura, com cinema, com jornais e, além disso, realizarmos algumas excursões para que eles conhecessem uma cidade grande, tivessem oportunidade de viajar de avião, de conhecerem o mar, para que tivessem uma visão mais ampla do mundo contemporâneo. Se assim fosse, todo o conhecimento pedagógico que a gente demorava quatro anos ensinando poderia se reduzir a dois anos. Não só importa a aquisição do conhecimento pedagógico, mas uma inserção na cultura do mundo contemporâneo. Eram meninas que moravam em lugares que tinham apenas uma rua, uma igreja e uma escola, e todo o comércio se reduzia a um armazém.

PP: E o seu contato direto com o Curso de Pedagogia da UFMG?

Lucíola: Apesar de não trabalhar ainda na UFMG, lembro muito bem que em 1986 o Curso de Pedagogia assumiu a docência das séries iniciais, em um projeto coordenado por Inês Bedran. Quando cheguei à UFMG, dois aspectos do currículo me chamaram a atenção: a prática pedagógica proposta desde o início do curso, infelizmente, não era implementada. Em segundo lugar, percebi que, apesar de o curso habilitar para o magistério das séries iniciais, a mudança mais significativa do currículo consistia apenas na introdução de um estágio. De fato, era o mesmo curso da habilitação em Supervisão Escolar, mas com uma matéria a mais. Desde então, tenho me preocupado com o fato de que o curso de Pedagogia pretende formar o professor das séries iniciais sem ter uma estrutura curricular compatível com isso.

PP: O que você diria, então, para aperfeiçoar a formação oferecida agora, comparada à anterior?

Lucíola: O ensino era muito aprofundado, sim, mas no Curso Normal e no de Pedagogia no Instituto de

Antes, havia um treinamento na habilidade de ser professor, talvez com menor ênfase, do que hoje, na preocupação sobre como os alunos aprendem. No meu curso de Pedagogia, estudei muito Piaget. Mas era clara a preocupação com o domínio de sala, sobre como propor o estudo de um assunto e desenvolvê-lo, realizando atividades para compreensão, fixação e avaliação.

Educação prevalecia uma formação de caráter mais instrumental. Além de Português nos três anos, estudei Física, Química e Biologia no Curso Normal.

Antes, havia um treinamento na habilidade de ser professor, talvez com menor ênfase, do que hoje, na preocupação sobre como os alunos aprendem. No meu curso de Pedagogia, estudei muito Piaget. Mas era clara a preocupação com o domínio de sala, sobre como propor o estudo de um assunto e desenvolvê-lo, realizando atividades para compreensão, fixação e avaliação. Tínhamos uma boa base em didática geral e psicológica, mas também aprendíamos as metodologias das diferentes disciplinas, para cada área, pelo menos três ou quatro semestres, se não mais. É que cada conteúdo vai ter sua dinâmica própria de ensinar.

PP: Gostaria que analisasse, com base na sua própria experiência como pesquisadora, os diferentes momentos e dilemas vivenciados pela formação de professores no Brasil e que você considera que não podemos esquecer.



Lucíola: Os problemas da formação de professores são dois: primeiro, a ampliação da educação, sua universalização, num país com grandes desigualdades sociais, onde a escola recebe crianças vindas de bolsões de miséria. Trata-se de uma clientela diferente em uma sociedade completamente diferente, com mudanças de relações sociais, mudanças econômicas, novas tecnologias, novas formas de trabalho. Por outro lado, os cursos de formação de professores podem ter se modernizado, introduzido algumas metodologias novas no ensino das diferentes disciplinas, e algumas disciplinas, como Antropologia, mas ele não se reconfigurou, nem os seus professores o fizeram, para trabalhar com essa nova realidade. Também não se fortaleceu internamente do ponto de vista do campo pedagógico. Não se fortaleceu nem do ponto de vista do enfrentamento das novas questões culturais, sociais, econômicas, que delinham o espaço da infância e da juventude, nem se fortaleceu pedagogicamente para enfrentar os desafios do ensinar hoje. Considerando as profundas transformações dos próprios conteúdos e no seu ensino, há uma grande defasagem. A geografia escolar, que se propõe hoje ser ensinada, não é a geografia escolar de há 30 anos; a matemática escolar que se propõe ensinar hoje não é a matemática ensinada há 30 anos, nem o equipamento pedagógico, nem o modo de lidar com a nova realidade, que estão conectados, mas que implicam aspectos diferentes, como a própria reorganização dos tempos, espaços e cultura da escola.

Desse modo, o problema no Brasil, em relação às políticas de formação docente, constitui uma questão muito delicada: a dimensão política da educação. Essa dimensão foi assumida pelos educadores durante o regime militar. Naquele momento, a luta contra a ditadura incluía a luta contra as políticas públicas emanadas daquele regime. Parece que os educadores, desde então – e esse é o ponto delicado – desenvolveram grandes habi-

lidades em criticar e pouca capacidade em propor. A educação assumiu sua dimensão política. É claro que ela tem uma questão política em todos os sentidos, mas quanto a assumir a construção de uma prática de natureza política, criou-se essa imobilidade, que se mantém até hoje.

Penso, ainda, que a figura do professor foi identificada com a de um trabalhador prático, e isso tem relação com a forma de politização da educação, vem no mesmo processo. O professor é um trabalhador, de fato, mas é um trabalhador intelectual, e a natureza de seu trabalho é de outra ordem. Profissões que lidam com pessoas, como a Psicologia, a Medicina, a Enfermagem, a Assistência Social, têm maior ônus. Carregam a preocupação constante dos problemas com os quais eles estão se defrontando. Não é um trabalhador que bate o ponto e só pensa no trabalho do dia seguinte, quando a ele retorna. O professor leva seus problemas para casa. Se, por um lado, se buscava a identificação do professor com as classes trabalhadoras, englobando-o numa luta política maior, por outro lado, houve uma analogia indevida, pela diferença da natureza do trabalho, enviesando a ação de formação, que é de natureza complexa. Digo enviesando porque vêm daí os currículos com ênfase em formação geral, visão política da realidade e pouco instrumental para o trabalho concreto.

Se, por um lado, se buscava a identificação do professor com as classes trabalhadoras, englobando-o numa luta política maior, por outro lado, houve uma analogia indevida, enviesando a ação de formação, que é de natureza complexa.

É óbvio que um educador precisa compreender a dimensão política da educação e a orientação política das propostas educacionais, mas precisa também aprender a atuar. Já vi muito ex-aluno da FaE-UFMG dizendo que quando se formou sabia criticar tudo, mas, infelizmente, não sabia o que propor.

PP: Como isso interfere nas políticas de formação profissional?

Lucíola: Eu lembro que fui representante de Minas numa proposta, em 1983, que o MEC fez para reunir todos os cursos de Pedagogia – os principais, sobretudo os públicos – para e discutir uma reforma. Foi daí que nasceu uma comissão para discutir cursos de Pedagogia e Licenciatura, a qual veio a se tornar a ANFOPE – Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação. Todo esse movimento do início da década de 80 afirmava o caráter político da educação; a necessidade de a base da formação do pedagogo – do especialista – ser a docência; o compromisso da educação com as camadas populares.

Percebo que, mesmo nas políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito à formação dos professores, há uma tentativa de atender às demandas do movimento de educadores críticos brasileiros: prática desde o início do curso, união entre pesquisa e ensino. Porém, sabemos que toda proposta política constitui uma tentativa de estabelecer um consenso que consiga ser legitimado. No entanto, no caso da educação, qualquer proposta oficial é ferrenhamente combatida, mesmo quando são formados grupos de estudos com educadores de renome para fazerem um projeto inicial. Isso está relacionado com o fato de educadores terem aprendido muito bem a fazer críticas e a serem pouco propositivos. Dois problemas são claros: existe uma falta de consenso no próprio interior da área; o único consenso assumido é a rejeição de qualquer proposta governamental.

Podemos até dizer, em políticas públicas, que há constante queixa da ausência de consultas às bases. No entanto, sabemos hoje que o Conselho Nacional de Educação recebe associações e órgãos de classes em audiência pública para debater os anteprojetos. Considero um absurdo, por exemplo, o anteprojeto das Diretrizes para o curso de Pedagogia estar em sua décima-nona proposta. E não acho que ele esteja sendo aperfeiçoado; temo é que ele apresente uma versão final pior que a original.

PP: Como você avalia essas Diretrizes Curriculares? O que você considera positivo e o que considera problemático nesse projeto?

Lucíola: Em primeiro lugar, quem já deveria ter feito uma proposta de qualidade para o Curso de Pedagogia seriam os próprios professores das faculdades de educação de todo o Brasil, através de suas associações ou do

Podemos até dizer, em políticas públicas, que há constante queixa da ausência de consultas às bases. No entanto, sabemos hoje que o Conselho Nacional de Educação recebe associações e órgãos de classes em audiência pública para debater os anteprojetos.

seu fórum de diretores. Fico, então, admirada que, não tendo nada proposto, os educadores se sintam completamente lesados, irritados, revoltados, indignados, quando a proposta vem “de cima pra baixo”. Mas, se ela não vier de algum lugar, vamos continuar para sempre sem uma mudança estrutural, que já deveria ter sido elaborada e implementada?



Acho, então, que a primeira proposta feita pelo CNE é bastante razoável. Ela contempla o princípio colocado pelos educadores de que a docência é a base da formação dos pedagogos e abre campo para a formação na área da ciência da educação e para o especialista, o coordenador pedagógico e outros.

O que é problemático talvez seja algo que alguns pedagogos considerem até perigoso: o bacharelado poderia ser oferecido também para os alunos das licenciaturas? Se o aluno fez uma licenciatura para ser professor das séries iniciais do Ensino Fundamental, ou das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, então, todos podem fazer o bacharelado em ciências da educação?

Ainda sobre as políticas governamentais, vem havendo esforço das políticas públicas para formar professores: programas do MEC para formar professores em nível de Ensino Médio (PROFORMAÇÃO); em Minas, o Programa Veredas, e em outros estados programas semelhantes para formar professores em serviço. Esses programas podem até ter limites, mas representam um esforço do Estado, da Nação, até dos municípios, todos investindo em formação. E do Governo Federal, formando professores de Pedagogia da Terra e Indígena. Isso não mostra um esforço? O problema é que não adianta apenas formar, é preciso mudar as condições de trabalho, que vão desde o equipamento das escolas até o salário dos professores.

PP: E sobre a proposta de Curso Normal Superior, o que você pode nos dizer?

Lucíola: Apesar da grande rejeição dos professores que trabalham no Curso de Pedagogia das universidades federais, como também das associações docentes, tenho tido algumas surpresas com o nível dos projetos de alguns Cursos Normais Superiores. Já participei de Bancas de Tese em que foi discutida a proposta de Curso Normal Superior, cujo projeto curricular e trabalho desenvolvido me pareceram, segundo as evidências apre-

sentadas, de boa qualidade. Além disso, esse curso vem atendendo a uma clientela de baixa renda que só agora está tendo oportunidade de fazer um curso superior, para trabalhar com os anos iniciais da Educação Básica.

O curso de Pedagogia das universidades federais é diferente dos Cursos de Pedagogia das escolas privadas, pela qualificação do corpo docente, pelo ambiente acadêmico, pela existência de uma pós-graduação, pela possibilidade de alunos serem monitores e bolsistas de iniciação científica e de extensão, pela boa biblioteca.

A crítica básica ao Curso Normal Superior é ser um curso que pode ser oferecido por instituições privadas, com pequena ou quase nenhuma relação com a pesquisa. No entanto, os professores que nelas atuam são, muitos deles, egressos de nossos cursos de Mestrado, que têm procurado desenvolver um trabalho de boa qualidade, apesar dos limites que instituições privadas apresentam, das mais diversas ordens (falta de infra-estrutura, bibliotecas, espaços e interesse de participação em eventos científicos etc.). Um bom Curso Normal Superior formaria um bom professor para as séries iniciais, capaz de atuar nos diferentes espaços da escola, e não apenas na sala de aula.

PP: O que diferencia os Cursos de Pedagogia dos Cursos Normais Superiores?

Lucíola: O que os diferencia é que, além da formação do professor, no Curso de Pedagogia há ênfase na formação geral e há habilitações para os especialistas em educação.

O Curso Normal Superior forma apenas o professor das séries iniciais. O que os diferencia é isso.

Também o Curso de Pedagogia das universidades federais é diferente dos Cursos de Pedagogia das escolas privadas, pela qualificação do corpo docente, pelo ambiente acadêmico, pela existência de uma pós-graduação, pela possibilidade de alunos serem monitores e bolsistas de iniciação científica e de extensão, pela boa biblioteca e grande acervo bibliográfico. Isso não é uma diferença referente aos projetos dos cursos. É uma diferença das condições existentes nas instituições que os oferecem.

PP: Sabemos que a Pedagogia precisa beber das fontes da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia, da História e de outras ciências. Há uma tendência entre os pedagogos em negar essa formação geral. Por quê? Qual é a polêmica entre essa formação geral e a específica?

Lucíola: Poderíamos alegar que a Psicologia, a Sociologia e a História da Educação só se desenvolveram por existir a instituição escolar. Por exemplo, podemos dizer que o interesse em estudar Psicologia da Aprendizagem é decorrência da escola. Além disso, há campos como Currículo e Didática, que são conhecimentos de natureza pedagógica.

Sociólogos, historiadores e antropólogos da educação, trabalhando numa Faculdade de Educação, preferem ser identificados como sociólogos, antropólogos e historiadores, e não como educadores, formadores de professores.

Há que se considerar que, historicamente, tais disciplinas abordavam, no Curso de Pedagogia, com exceção da Psicologia, temas pouco relacionados à realidade escolar, tendência que tem desdobramentos até hoje, uma vez que sociólogos, historiadores e antropólogos da educação, trabalhando numa Faculdade de Educação, preferem ser identificados como sociólogos, antropólogos e historiadores, e não como educadores, formadores de professores. Então, considero que, se existe rejeição, ela é mútua, e talvez tenha sido criada por essas áreas, e não pela Pedagogia.

Além disso, esse corpo de professores com formação em outras áreas, sempre se considerou de *status* acadêmico superior àqueles profissionais que trabalham com questões práticas da educação. Talvez, o que os pedagogos tenham reivindicado, ao longo do tempo, é que essas disciplinas de fato tenham como finalidade última a formação do educador.

PP: Qual é, então, a identidade do Curso de Pedagogia?

Lucíola: O Curso de Pedagogia tem que definir sua identidade, colocando em seu interior a licenciatura das séries iniciais, separada do Bacharelado, ou se transformando num curso de Ciências da Educação, diferente da licenciatura, para o magistério das séries iniciais. O que ele não pode é querer abarcar esse número tão grande de habilitações como vem fazendo, pois termina tratando de maneira superficial todas elas.

PP: E a Educação Infantil, quem forma o professor para ela?

Lucíola: Acho que o professor para a Educação Infantil deve ter um curso especial. A sua formação é tão específica que corre o risco de, colocada numa Faculdade de Educação, junto com a formação para as séries iniciais, tornar-se uma formação que leve a uma escolarização precoce da criança, com perspectiva escolar, nos moldes



do que é feito nas séries iniciais. Contudo, o que ela requer é um tipo de abordagem e tratamento completamente diferenciados.

PP: O que deveria estar colocado na formação docente, hoje, em todos os níveis?

Lucíola: Um teórico do currículo, Herbert Kliebard, fala que boas propostas educacionais estão aí na mesa, às vezes há muitas décadas. A grande questão é ver que grupo terá poder para implementá-las. É dessa forma que eu vejo a questão da formação docente: as idéias já estão na mesa há muito tempo, o que falta é vontade

Na verdade, os problemas que chegam à escola transcendem a dimensão escolar. São problemas sociais, de droga, de subnutrição, de violência, problemas que a escola não tem capacidade de resolver sozinha. O País tem de pensar que políticas educacionais não podem ser implementadas com sucesso em bolsões de miséria, com uma complexidade de problemas sociais que a escola não vai dar conta de resolver.

política e poder de alguns grupos para fazer com que elas sejam ouvidas. Vamos enumerá-las: o professor hoje tem de ter um profundo conhecimento da infância e da juventude contemporâneas. Muitos educadores têm feito estudos sobre infância, porém mais fortes nesse campo têm sido os estudos históricos; falta uma sociologia da infância em nossos dias. Em relação à juventu-

de, há uma produção maior nos campos da Sociologia e da Antropologia voltada para a cultura juvenil.

Seguindo, a formação docente necessita de um currículo que contemple de forma mais concreta as questões econômicas, políticas e sociais contemporâneas; precisa de professores bem informados. Ao lado disso, professores precisam ser bem formados para o domínio dos conteúdos básicos e para a forma de ensiná-los, como o ensino da Língua Materna, da Matemática, da História, da Geografia, da Ciência etc. Isso, em relação ao trabalho das faculdades de educação, de um lado. Por outro lado, as reformas exigiriam também mudanças na carreira do professor, no salário e nas condições físicas da escola, infra-estrutura e equipamentos.

PP: Neste sentido, as políticas públicas deixam a desejar?

Lucíola: O problema não é que as políticas públicas sejam tão ruins, o problema para mim é que as políticas não estão acopladas com uma melhoria no salário e na carreira dos professores. Propostas políticas deveriam vir, por exemplo, com definições/indicações sobre pisos salariais, e tinham que ser integradas. Só teriam efeitos se integradas às políticas públicas de saúde, habitação e emprego, sobretudo.

Se há uma política integrada de saúde, emprego, educação, numa comunidade qualquer, aí, sim, há condições para enfrentar a realidade. Na verdade, os problemas que chegam à escola transcendem a dimensão escolar. São problemas sociais, de droga, de subnutrição, de violência, problemas que a escola não tem capacidade de resolver sozinha. O País tem de pensar que políticas educacionais não podem ser implementadas com sucesso em bolsões de miséria, com uma complexidade de problemas sociais que a escola não vai dar conta de resolver. Às vezes a escola é muito solicitada a resolver os problemas de sua comunidade. Vejo os professores falando em ensinar a fazer xampu para piolho dos meninos, promover campanha contra a gravidez precoce, campanha contra drogas, AIDS, contra

entrevista

Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos

vandalismo etc. Assim, não sobra tempo para ensinar a ler e escrever. Há, ainda, a preocupação com a alimentação. A preocupação da escola é obter e conservar a carne, ter sopa na cantina. É demais para a escola!

As políticas não são ruins, mas a sociedade está vivendo problemas gravíssimos e, lembrando uma frase de Bernstein, “as escolas não podem mudar a sociedade”. Elas têm uma contribuição a dar, mas tem que haver uma reciprocidade, a sociedade tem de acolher a escola, com o Governo implementando outras políticas públicas de melhoria das condições de vida, para termos uma escola melhor. A escola ajuda, mas à medida que a sociedade melhora, desenvolvendo-se social e economicamente, a escola também melhora. É uma relação interativa.

PP: Você encontrou muitas diferenças entre a formação de professores já feita na Inglaterra e a que está sendo feita agora neste novo século? Existe alguma experiência na formação de professores de lá com a qual você acha que nós, no Brasil, podemos aprender?

Lucíola: Quando fiz meu doutorado na Inglaterra, nos anos oitenta, posso dizer que vi funcionando uma “Escola Plural” de sucesso. Os professores eram muito bem qualificados, principalmente na escola das séries iniciais. Esta era muito centrada em projetos, em que o processo ensino-aprendizagem partia de problemas relacionados com o cotidiano. Havia também muita atividade cultural: os alunos iam ao teatro, visitavam museus, faziam excursões. Não havia fracasso porque, à medida que os alunos apresentassem qualquer dificuldade de aprendizagem, um especialista trabalhava com aquele grupo e, logo que eram vencidas as dificuldades, detectadas desde o início, eles se integravam à sala, normalmente. A avaliação era o que mais me impressionava. Aquilo é o que se pode chamar de avaliação qualitativa: registro minucioso do desenvolvimento do aluno, enfatizando pontos fundamentais. Uma vez, por exemplo, eu argumentei com um professor que,

por meu filho ser brasileiro, cometia muitos erros na ortografia em inglês, e ele me respondeu que a dificuldade ortográfica seria vencida rapidamente. O importante é que ele escrevesse um texto com coerência, coesão, originalidade, esse era o principal problema da escrita. Outro exemplo na avaliação com o professor de Educação Física: pensei que ele diria que meu filho se saía bem, por ser ele excelente jogador de futebol, esporte muito valorizado na Inglaterra. No entanto, o professor me falou que ele tinha muitas habilidades como jogador de futebol sim, mas faltava a ele espírito de solidariedade, capacidade de trabalhar em equipe e respeito às normas coletivas, que eram aspectos centrais. Não é interessante? É importante dizer que matriculei meus filhos na escola mais próxima da minha casa, uma escola comum, não uma escola de prestígio, e eu não morava em bairro que, na Inglaterra, fosse considerado de classe média.

PP: E em 2004, quando você voltou à Inglaterra para o Pós-Doutorado, como estava o sistema?

Lucíola: Vejo que houve um retrocesso em direção a um ensino mais tradicional, centrado mesmo nas habilidades de ler, escrever e contar, com metodologias muito mais tradicionais. Eu diria que vi grandes problemas que têm sido denunciados: competição entre escolas, a preocupação dos professores em ensinar os alunos a terem

Eu diria que vi grandes problemas que têm sido denunciados: competição entre escolas, a preocupação dos professores em ensinar os alunos a terem bons resultados em testes nacionais. Lá eu pude ver realmente o que é uma política neoliberal.



bons resultados em testes nacionais. Lá eu pude ver realmente o que é uma política neoliberal. O que nós chamamos aqui de neoliberalismo é uma pálida sombra do que ocorre lá. Algumas escolas são administradas por empresas privadas, que recebem o dinheiro do Estado para isso. É claro que, neste contexto, a palavra de ordem é diminuir os gastos. Os professores perderam estabilidade no ensino público, são avaliados e ganham por desempenho. As escolas são classificadas nacionalmente para que os pais, como consumidores, possam escolher o produto que mais os atrai.

Apesar dos salários serem altos, há uma redução no número de professores, uma preocupação nacional sobre falta de professores, porque as pessoas não querem ser professoras, apesar de os salários serem bastante razoáveis, comparados a outros.

Também achei diferente que qualquer pessoa com curso superior possa ser treinada em um ano para ser professor. É um curso intensivo, com bolsa para os alunos, de natureza teórico-prática, no qual vejo muitas falhas. O único ponto bom é que a pessoa, para ingressar no curso, tem de levar um atestado de que permaneceu 120 horas em uma escola pública. É uma forma de atestar que, mesmo após essa vivência, a pessoa ainda tem interesse em ser professor.

Constato, infelizmente, que a educação está sendo altamente criticada porque boas experiências do passado foram abandonadas e as escolas estão, apesar da aparente autonomia, cada vez mais controladas pelo poder central. Há muita publicação de normas, na grande maioria abordando padrões de desempenho para as escolas, professores e alunos.

PP: Durante a Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, realizada em 2004 no Rio de Janeiro, foi dito que os adolescentes brasileiros navegam mais na internet do que europeus e japoneses, per-

dendo apenas para os norte-americanos. Dados do Ibope mostram que crianças e jovens assistem à TV, em média, três horas e meia por dia. Você acha que a escola deveria se ocupar mais em discutir mídia com seus alunos? O que tudo isto sugere à formação docente?

Lucíola: Nós vivemos numa sociedade dominada pelos meios de comunicação, não resta dúvida. Os alunos, independentemente da classe social, têm acesso à televisão. Pode-se dizer que meios poderosos, controlados por grupos econômicos tão fortes, e que têm tanta penetração popular, precisam ser objeto de discussão na escola. Há o problema da massificação, e isto tem de ser discutido na escola. Temos de pensar que os interesses de

Os alunos, independentemente da classe social, têm acesso à televisão. Pode-se dizer que meios poderosos, controlados por grupos econômicos tão fortes, e que têm tanta penetração popular, precisam ser objeto de discussão na escola.

determinados grupos podem ser apresentados de forma atraente, tornando-se desejos e interesses de toda a população. Isso tem que ser objeto de trabalho na escola para que os alunos possam ser consumidores críticos dos meios de comunicação. Um outro aspecto: existe nos jovens e nas crianças um fascínio pelo computador. Fico me perguntando por quê, com esse grupo tão grande da população, considerada em situação de risco e com o qual a escola tem às vezes tanta dificuldade de trabalhar, não se usa o computador, que é atraente, como instrumento de aprendizagem? Se pusermos na escola computadores para esses meninos, que falam que vão à escola para *zuar*, muita coisa mudaria.

entrevista

Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos

Ainda é bom que se destaquem outros campos: como poderiam ser ainda trabalhados com esses alunos o teatro, o cinema, como se poderia colocar os meninos fazendo curtas, fazendo os *clips* que eles adoram ver?

PP: Já foi diferente a rotina escolar?

Lucíola: Eu tinha interesse em ir à escola, quando aluna, porque me divertia, encontrava colegas, conversava, organizava festas, declamava poesia na programação do clube de leitura, grêmio, festinha para aniversário de professor etc. Era disso que eu gostava mais, da convivência com os colegas, do recreio... Hoje, na pesquisa que faço no Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, as pessoas se lembram e mencionam muito, além das boas aulas, a convivência com os colegas, os encontros na rampa, nos intervalos. A escola tem que ser um lugar alegre, em que as crianças se sintam acolhidas, se sintam bem e tenham interesse em aprender. Se ir para a escola for como um castigo... E as professoras também têm que tornar o trabalho delas alguma coisa que façam com prazer, com entusiasmo. Assim esse trabalho vai ficar mais leve e satisfatório e a gente vai conseguir melhorias na educação.

Há coisas que as escolas fazem, pensando que estão se integrando à cultura juvenil. Vamos pôr uma música no recreio, um *hip hop*, mas não é isso. As atividades que ela faz é que têm que ser interessantes. Tem que haver na escola espaços para excursões, filmes, vídeos, música, teatro, artes, não como coisas desconectadas, atividades isoladas, mas que estejam integradas ao processo ensino-aprendizagem. Não é que a escola deva ficar divertida em alguns períodos para os alunos agüentarem ficar ali. Não é dar uma atividade divertida antes de uma aula que é chata. A escola tem de ter um clima de que sempre alguma coisa está para acontecer. Uma festa, uma celebração articulada aos projetos, um passeio... Mas nada que seja artificial. Tem de haver algo da

dinâmica do próprio trabalho docente, que seja significativo para todos e desenvolvido com propósitos de aprendizagem, de conhecimento, de socialização, de manifestação de emoções, de colaboração, de solidariedade, atividades que façam parte da vida e por isso dêem vida à escola.

A escola tem que ser um lugar alegre, em que as crianças se sintam acolhidas, se sintam bem e tenham interesse em aprender. Se ir para a escola for como um castigo... E as professoras também têm que tornar o trabalho delas alguma coisa que façam com prazer, com entusiasmo, Assim esse trabalho vai ficar mais leve.

